

Editorial

CRISTINA ROLDÃO

cristina.roldao@ese.ips.pt

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

(com a colaboração da equipa do Roteiro para uma Educação Antirracista)

Em 2019, Portugal assinala os 150 anos da abolição formal da escravatura. Formal porque o trabalho escravo e forçado, profundamente racializado, perdura no espaço colonial português pelo menos até à década de 60 do século passado. O ano que agora termina foi ele próprio palco de inúmeras disputas em torno da memória e memorialização desse passado; da representatividade e lugar de fala; da necessidade de reconhecimento das continuidades históricas no presente funcionamento das nossas instituições; da urgência de avançarmos, das conceções ainda individualistas e lusotropicalistas, para um entendimento do racismo enquanto relação de forças, historicamente constru-

ídas, que estruturam as nossas sociedades “pós-coloniais” e que impossibilitam o projeto de uma sociedade e cidadania democráticas.

Sob o mote *Educação (anti)racista: Que políticas, práticas e perspectivas?*, este número da Revista Medi@ções pretende ser um espaço de reflexão crítica sobre a escola pública contemporânea e os seus desafios no combate ao racismo e desigualdades étnico-raciais, dando continuidade ao trabalho desenvolvido no *Roteiro para uma Educação Antirracista*, organizado pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, em parceria com a Câmara Municipal de Setúbal, entre janeiro e junho de 2019¹. Para além dos 11 artigos que

compoem o Dossier temático deste número da Medi@ções, publicamos na secção Outros Artigos dois textos da área do desporto.

A partir de diferentes ângulos, a maior parte dos textos deste número especial debruça-se sobre estratégias pedagógicas concretas de promoção de uma educação antirracista, seja em espaços escolares de educação formal e não formal, seja noutros espaços de aprendizagem. Especial relevo têm os contextos de reflexão explícita e aprofundada junto dos alunos sobre as relações étnico-raciais, racismo e cidadania; a crítica ao eurocentrismo nas disciplinas escolares, desde logo na disciplina de História; assim como, projectos de valorização das línguas estigmatizadas no processo colonial.

Ariana Furtado, com o artigo *Com a mala na mão contra a discriminação – uma viagem pela história dos nossos direitos* dá conta de um projeto piloto de educação antirracista no 1º ciclo. Na esteira da pedagogia Freiriana e de princípios do Movimento da Escola Moderna, esta experiência pedagógica promoveu, com os alunos, a reflexão crítica sobre os processos que subjazem ao racismo e sobre estratégias coletivas para o combater. O texto convoca e articula ainda referenciais sobre Direitos Humanos, Direitos da Criança, a Década Internaci-

onal dos Afrodescendentes (2015-2024) e da Educação para a Cidadania.

No artigo *(Anti)racismo, ciência e educação: teorias, políticas e práticas*, Rosa Cabecinhas e Isabel Macedo discutem como o visionamento e discussão, com os alunos, de filmes que dão protagonismo à expressão dos grupos racializados, podem constituir-se enquanto estratégia pedagógica antirracista. As autoras oferecem-nos ainda um mapeamento histórico do desenvolvimento do racismo científico e sua posterior reconfiguração num racismo cultural, com os seus cambiantes mais e menos flagrantes, reproduzindo as velhas hierarquias étnico-raciais.

A música, sobretudo o Rap, e a arte urbana criadas a partir de movimentos de base da “Afro-Lisboa” constituem-se como vias pedagógicas alternativas, como mostra Otávio Raposo no artigo *Arte e cultura: aprendizagens informais na Afro-Lisboa*. Estas práticas artísticas estimulam aprendizagens informais, não só de empoderamento dos seus protagonistas – jovens de bairros racializados da periferia de Lisboa, parte deles “artistas” –, mas também junto da sociedade como um todo, ao ocuparem o espaço público com uma contranarrativa que desoculta o racismo e continuidades coloniais na sociedade portuguesa.

Em *Mano Preto, Mano Branco: Uma estratégia pedagógica na disciplina de História*, Jaime Pinho e Vasco Caleira dão conta de um percurso de investigação colaborativo – entre diferentes professores de História e alunos do 9º ano, que culmina na publicação de um livro. A partir de entrevistas biográficas realizadas por alunos aos seus familiares fez-se um retrato da história colonial portuguesa, cujo processo e resultado confrontam criticamente o lusotropicalismo e as relações de forças na (re)produção historiográfica.

Uma “aula-passeio” à cidade de Setúbal, concebida enquanto espaço de educação não formal sobre o colonialismo português e sobre a presença negra em Portugal, é a proposta trazida por Ana Alcântara, Carlos Cruz e Cristina Roldão com o artigo *Visita à Setúbal Negra (séc. XV-XVIII): Desocultar a história local através da educação não-formal*. Com esse percurso procura-se que professores e alunos possam desconstruir a narrativa lusotropicalista; situar a escravatura e o colonialismo nos conflitos geopolíticos globais, e ainda questionar narrativas hegemónicas sobre a identidade nacional e local.

A exposição de que nos dá conta o artigo de Pedro Varela – *Antirracismo e direito à memória: reivindicar a história do movimento ne-*

gro de 1911-1933 – constitui-se enquanto contra-narrativa ao rasuramento estrutural da longa presença negra em Portugal. Através do levantamento de fontes históricas, o artigo foca a silenciada geração pan-africanista que, durante a 1ª República, constituiu em Lisboa um importante e internamente diverso movimento antirracista. A história desse movimento social oferece pistas para pensar o (anti)racismo na sociedade portuguesa de então e de hoje.

No artigo *A inclusão de crianças africanas negras no Brasil: Trajetórias curriculares antirracistas em construção*, Caroline Delfino dos Santos discute a inclusão escolar de crianças africanas recém-chegadas ao Rio de Janeiro e a importância de práticas pedagógicas de valorização escolar das suas culturas de origem. Se essas práticas dependem da ação dos professores em sala de aula, podem ser reforçadas por medidas de ação afirmativa de âmbito nacional, de que são exemplo, a Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da "História e Cultura Afro-brasileira", posteriormente alargada à "História e Cultura Indígena", com a Lei 11.645/2008.

Heide Damasceno, no artigo *Relações étnicorraciais em Portugal: Identidades sociais e representações na educação*, apresenta os re-

sultados de uma pesquisa sobre as identidades de jovens afrodescendentes, na qual ganham particular destaque a combinação de categorias étnico-raciais e de origem nacional, revelando a hibridez identitária destas jovens, mas também a experiência da subalternização, pela exclusão do imaginário sobre a portugalidade e por uma narrativa histórica que reduz os negros à condição de escravos.

Um programa de formação a distância de professores no Uruguai – Curso de Educação e Afrodescendência – é o objeto de análise do artigo *Políticas públicas en Educación y Afrodescendencia en Uruguay. El uso de la Educación a Distancia para la incorporación de la nueva agenda de derechos*, da autoria de Valentina Brena e Noelia Maciel. Para além de uma discussão sobre a implementação e adesão a esse programa, saliente-se a discussão em torno da articulação dessa política com a nova agenda de Direitos Humanos (género e orientação sexual).

A importância da formação de professores, neste domínio específico, fica também evidente no artigo *"Antes de nos conhecerem, às vezes, tratam-nos mal" – percepções sobre discriminação e diversidade étnica em contexto escolar*. Sandra Mateus analisa inúmeros relatos de discriminação experienciada por alunos afrodescendentes, assim

como as narrativas de professores, técnicos e funcionários que, paradoxalmente, combinam uma retórica igualitarista com um discurso no qual está ausente a autocrítica, que reproduz estereótipos e argumentos evasivos sobre o papel da escola na reprodução do racismo.

Raquel Matias e Pedro Martins, no artigo *Pode a educação plurilingue constituir-se como educação anti-racista?*, numa abordagem crítica às políticas linguísticas do sistema educativo português - monolíngues/monoculturais e multilingues -, apresentam alguns dos projetos de educação bilingue (em caboverdiano e português) que decorreram na Área Metropolitana de Lisboa nos últimos 40 anos, refletem também sobre o seu potencial enquanto educação antirracista, na medida em que valorizam línguas, como o cabo-verdiano, historicamente minorizadas na governamentalidade colonial e, por isso, alvo de estigmatização linguística.

Estes artigos são um importante contributo para uma reflexão sobre o que se entende por uma educação antirracista, num contexto onde ainda escasseia a formação, as orientações políticas, as experiências, os manuais e materiais escolares capazes de informar práticas pedagógicas especificamente antirracistas. Como é evidente, estes artigos

não têm a pretensão de esgotar o que haveria a dizer sobre esta realidade. Entre outros aspetos, ficaram por abordar as especificidades da ciganofobia e da inclusão escolar das comunidades ciganas; as políticas de educação intercultural, na sua implementação e resultados, mas também nas suas articulações e tensões com as educações multiculturais, antirracista, para os direitos humanos e cidadania; as convergências e conflitos entre políticas de integração de imigrantes e de combate ao racismo; os contributos para uma agenda antirracista de políticas de integração como o Programa Especial de Realojamento (desde 1993), Programa Escolhas (desde 2001), o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (desde 1996), a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (desde 2013), etc.; a contextualização e conceptualização da branquitude portuguesa; propostas de conteúdos e estratégias para a formação de professores neste domínio; o debate sobre medidas de ação afirmativa,

ⁱ Equipa do *Roteiro para uma Educação Antirracista*: ANA ALCÂNTARA, ana.alcantara@ese.ips.pt, ESE/IPS e Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA de Lisboa; ANA MARIA PESSOA, ana.pessoa@ese.ips.pt, ESE/IPS; ANA PIRES SEQUEIRA, ana.sequeira@ese.ips.pt, ESE/IPS; CARLOS

como as quotas étnico-raciais no acesso ao ensino superior; a discussão sobre a representatividade étnico-racial, lugar de fala e mediação; as abordagens interseccionais às políticas de inclusão escolar (origem étnico-racial, género e classe, entre outras); a análise histórica das funções da escola nos processos de colonização e de libertação.

Este passo coletivo, entre muitos já concretizados e outros que virão, representa um contributo para construir o caminho que levará a sociedade portuguesa a conceber uma escola mais inclusiva, democrática e formadora de cidadãos participativos e defensores de valores humanistas.

CRUZ, carlos.cruz@ese.ips.pt, ESE/IPS; CRISTINA GOMES DA SILVA, cristina.gomes.silva@ese.ips.pt, ESE/IPS; CRISTINA ROLDÃO, cristina.rol-dao@ese.ips.pt, ESE/IPS e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia; MARIA MANUELA MATOS, maria.sousa.matos@ese.ips.pt, ESE/IPS.